

A bolha

Existem problemas bem maiores do que a nossa capacidade para os resolver. Esta frase é pessimista, e a tendência para o derrotismo e para o alijar responsabilidades está bem ancorada no contexto da nossa cultura. Mas também nos permite distinguir o importante do acessório e, assim, dar um primeiro passo para um verdadeiro pensamento estratégico, porque permite fazer a diferença em muitas das múltiplas contingências da vida quotidiana. Eleger o que efetivamente deve merecer o nosso esforço não é fácil mas é decisivo para que se possa ter alguma eficácia na nossa ação individual ou coletiva.

Com efeito, se na vida social e económica existe a tendência para a simplificação e esterotipização, no sistema político os discursos são complexos, amalgamam o importante com o irrelevante e tornam-nos, para a opinião pública, complexos e incompreensíveis. Neste sentido, a semana noticiosa foi pródiga em exemplos.

Na passada sexta-feira no “Expresso da meia noite” da Sic notícias falou-se da “bolha” na qual se terá passado a



**SOCIEDADE
ROLANDO
LALANDA
GONÇALVES**
PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO

discussão, na Assembleia da República, do Orçamento do Estado. As cerca de mil e quinhentas propostas de alteração ao documento inicial seriam disto uma real prova, dado que muitas borregaram por votações cruzadas das diversas bancadas ou por convergência entre os principais partidos (PS e PSD).

A questão não é simples e não pode ser analisada de forma ligeira. Ao simplificar em demasia o resultado das votações na Assembleia da República alguns comentadores estão a contribuir para desacreditar algo de importante: a capacidade de se encontrar entendimentos, mesmo na dissensão, produzindo resultados.

Por isso as análises passam da “bolha” da discussão para a “manta de retalhos” em termos de resultados. Segue-se o lamento pela falta de coerência, pela ausência de estratégia: “vivemos tempos de incerteza!”, dizem. Ora o orçamento está, cada dia que passa, mais desfasado da realidade. Fala-se de orçamentos retificativos, até nas palavras do próprio Governo, e uma vez mais se acentua a fragilidade da solução parlamentar

encontrada para esta legislatura. Um Governo da República que procura a todo o custo sobreviver não está a conseguir dar a resposta que se exige neste contexto.

A situação não deixa de ser complexa e paradoxal: os elevados níveis de incerteza amplificam, nas interações políticas, o transitório, o relativo ou o contingencial. Todavia, nunca foi tão importante como agora ter capacidade para reformar as estruturas em que assenta uma boa parte da ação governativa; isto exige uma capacidade reformista e uma estratégia a longo prazo que urge encontrar.

Talvez seja por isso que tenha passado a imagem de que os deputados se terão refugiado numa “bolha”, no decorrer da barganha parlamentar, e agido como se nada se estivesse a passar de grave e inédito na nossa sociedade num contexto de pandemia.

E se as circunstâncias mudam? E se...? A resposta depende da atitude a adotar. Uma pode ser o aguardar que as coisas se resolvam; uma outra pode antecipar o futuro, identificar o que realmente depende de nós e os fatores sobre os quais não se pode agir, e preparar uma resposta adequada e consistente.

Nos Açores, no momento em que já são conhecidas as escolhas de José Manuel Bolieiro para as secretarias deste XIII Governo Regional e se espera pela discussão do programa de governo, é essencial pensar com clareza o futuro para dar respostas concretas no presente. Por isso, ao contrário do que se está a passar na República, vai ter de ser necessário raciocinar fora da “bolha” ou do quadro, para que as respostas aos problemas reais da população sejam efetivas.

Se assim for, fortalece-se a Autonomia Política dos Açores e prepara-se com maior rigor os desafios do futuro. ♦

Mais Saúde - além da COVID-19

Durante a primeira vaga da pandemia eu, como outros, escrevi sobre os temas da saúde que seriam estimulantes de um futuro desenvolvimento e modernização do Serviço Nacional de Saúde.

Aconteceu que essa oportunidade ainda não chegou e não sabemos quando chegará. Ficam as reflexões. Por outro lado, não podemos continuar a falar sempre de mais doentes COVID, mais mortos, mais ruturas no SNS, menos profissionais, etc. Vamos pensar em algo de diferente, sempre no âmbito da educação para a saúde.

A Organização Mundial de Saúde tem dedicado, ao longo dos anos, uma semana para estimular a consciencialização sobre a resistência aos antimicrobianos: “Semana Mundial de Consciencialização Antimicrobiana; Unidos para preservar os antimicrobianos”. Esta campanha visa encorajar as melhores práticas entre o público em geral, profissionais de saúde e legisladores para impedir o aparecimento e a disseminação de infeções resistentes a medicamentos.

A AMR (Antimicrobial Resistance) ocorre quando as bactérias, vírus, fungos e parasitas mudam com o tempo e deixam de responder aos medicamentos, tornando as infeções comuns mais

difíceis ou impossíveis de tratar e aumentando o risco de propagação de doenças, infeções graves e morte.

O aumento das resistências aos antimicrobianos e, como consequência, de infeções graves, não tratáveis, deve-se fundamentalmente a:

- O uso indevido e excessivo de antimicrobianos em humanos, animais e plantas, que é a principal causa do desenvolvimento de infeções resistentes a medicamentos. As más práticas de prescrição médica e a falta de adesão dos doentes aos tratamentos, após a sua aquisição, também contribuem. Por exemplo, os antibióticos matam bactérias, mas não podem tratar infeções virais, como resfriados e gripe mas, frequentemente, são prescritos incorretamente para essas doenças ou tomados sem supervisão médica adequada. Os antibióticos também são comumente usados, ??em excesso, em animais de quinta e na agricultura.

- A falta de acesso a água potável, saneamento e higiene para humanos e animais, em estabelecimentos de saúde, quintas e ambientes comunitários, além da prevenção e controlo de infe-



**SAÚDE
MARIA
TERESA FLOR
DE LIMA**
MÉDICA*

ção inadequados, promovem o aparecimento e disseminação de infeções resistentes a medicamentos.

- Na pandemia da COVID-19, o uso indevido de antibióticos pode levar à disseminação acelerada da resistência antimicrobiana. A COVID-19 é causada por um vírus, não por uma bactéria e, portanto, os

antibióticos não devem ser usados para prevenir ou tratar uma infeção viral, a menos que haja infeções bacterianas associadas (o que se verifica em 7 a 8%), e devidamente diagnosticadas com identificação laboratorial das bactérias.

«Tendo sido convidada para participar no workshop da Active Citizenship Network, ACN, associação cívica italiana da qual sou parceira em diversos projetos na área dos direitos humanos, da dor, pela Associação de Doentes de Dor Crónica dos Açores e na área da epigenética, na Associação Europeia de Saúde Educativa e Preventiva em Epigenética, não poderia ficar indiferente ao tema, sempre atual para profissionais de saúde e para os cidadãos.

O título “UMA abordagem de saúde, MÚLTIPLAS respostas: Envolvimen-

to dos cidadãos e ações de todos os interessados para combater a resistência antimicrobiana e sustentar o progresso da EU”, teve a participação de oradores de renome que apresentaram diversas campanhas de sensibilização e boas práticas a serem desenvolvidas.

Em 18 de novembro, a conferência centrou-se nos - Desafios dos setores público e privado para enfrentar o “Tsunami Silencioso”.

Em 19 de novembro, o foco foi no - Rumo a uma Aliança de Cidadãos Antimicrobianos.

Os desafios lançados centraram-se na partilha de boas práticas, nas campanhas de sensibilização e na cooperação entre sociedades científicas, farmacêuticas, profissionais de saúde, veterinários, decisores sobre ambiente, qualidade, políticas e reguladores, pedindo-se que todos sejam proativos e inovadores, no que respeita a ambiente, humanos e animais.

Pretende-se, assim, diminuir as bactérias resistentes no meio ambiente, reduzir as infeções dos doentes, e que se respeitem os direitos dos doentes ao tratamento de todas as infeções, onde quer que estejam. ♦

*(ADDCA, ACN, AESEP)